

**COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICA – (CTASP)**

PROJETO DE LEI Nº 2.648, DE 2015.

Altera dispositivo da Lei nº
11.416, de 15 de dezembro de
2006, Plano de Carreira dos
Servidores do Poder Judiciário da
União e dá outras providências.

EMENDA ADITIVA Nº , de 2015

Inclua-se, onde couber, no PL Nº 2648, de 2015, os seguintes artigos:

Art. X. A Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006, **passa a vigorar com o acréscimo do Art. 16-A e Parágrafos, com a seguinte redação:**

“Art. 16

.....
§ 1º

§ 2º

“Art. 16-A. A indenização de transporte, de que trata o art. 60 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, destinada ao ressarcimento de despesas realizadas com a utilização do meio próprio de locomoção para a execução de serviços externos, será paga aos Oficiais de Justiça Avaliadores do Poder Judiciário da União, de acordo com percentual fixado e critérios estabelecidos em resolução, expedida pelo Conselho Nacional de Justiça, no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias após a vigência desta lei.

§ 1º O valor da indenização de transporte resultará da incidência de percentual fixado pelo Conselho Nacional de Justiça sobre o vencimento básico da Classe "C", Padrão 13, do cargo de Analista Judiciário.

§ 2º O cálculo do percentual a ser fixado pelo Conselho Nacional de Justiça resultará da razão entre o valor pago a título de indenização de transporte e o vencimento básico da Classe "C", Padrão 13, do cargo de Analista Judiciário, na data de início da vigência desta lei.

CD150327421413

CD150327421413

§ 3º Para efeito do disposto neste artigo, consideram-se como serviço externo as atividades exercidas no cumprimento das diligências fora das dependências dos Tribunais, das Seções Judiciárias ou Subseções em que os Oficiais de Justiça estejam lotados.

§ 4º Enquanto não for editada a resolução a que se refere o caput deste artigo não haverá alteração na forma de fixação da indenização de transporte.

Art. Y. Fica revogado o art. 15 e Parágrafo único da Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006”

[...]

JUSTIFICATIVA

Atualmente, a maneira como se reajusta a indenização de transporte não respeita a isonomia entre os Oficiais de Justiça do Poder Judiciário da União (Justiça Federal, Militar, do Trabalho e TJDFT), pois cada órgão através de seus Conselhos tem adotado ou não medidas para atualização dos valores. Em decorrência deste problema, que tem sua origem na redação nebulosa do art. 15 da Lei 9.289/1996, temos distorções no valor da indenização de transporte entre a Justiça Federal, Militar, do Trabalho e o TJDF, pois além de não fixar um único valor para todos os Oficiais de Justiça, também não corrigem adequadamente, pois desde 2004, não há qualquer reajuste no valor pago no âmbito da Justiça Federal.

A indenização de transporte foi instituída pela Lei nº 8.112/90, com a finalidade de ressarcir os servidores que realizarem despesas com a utilização de meio próprio de locomoção para a execução dos serviços. No caso dos Oficiais de Justiça, pelo uso de seus veículos particulares no cumprimento dos mandados judiciais expedidos pelo Poder Judiciário. Nesse sentido, o art. 60 da Lei nº 8.112/90 estipulou a indenização de transporte devida aos Oficiais de Justiça, nos seguintes termos:

[...]Art. 60. Conceder-se-á indenização de transporte ao servidor que realizar despesas com a utilização de meio próprio de locomoção para a execução de serviços externos, por força das atribuições próprias do cargo, **conforme se dispuser em regulamento**. (grifos nossos)

O valor percentual da indenização, previsto no art. 60 da Lei nº 8.112/1990, deve ocorrer por meio de REGULAMENTO, no caso dos Oficiais de Justiça Avaliadores Federais, através de RESOLUÇÃO do Conselho da Justiça Federal (CJF), consoante determinado pela Lei nº 9.289/1996:

CD150327421413

CD150327421413

Art. 15. A indenização de transporte, de que trata o art. 60 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, destinada ao ressarcimento de despesas realizadas com a utilização do meio próprio de locomoção para a execução de serviços externos, será paga aos Oficiais de Justiça Avaliadores da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, **de acordo com critérios estabelecidos pelo Conselho da Justiça Federal, que fixará também o percentual correspondente**.

Parágrafo único. Para efeito do disposto neste artigo, consideram-se como serviço externo as atividades exercidas no cumprimento das diligências fora das dependências dos Tribunais Regionais Federais ou das Seções Judiciárias em que os Oficiais de Justiça estejam lotados. (grifos nossos)

De acordo com a Lei 9.289/1996, atribuiu-se ao Poder Judiciária a obrigação de estabelecer os critérios e fixar o percentual da Indenização de Transporte. Entretanto, muito embora o Conselho da Justiça Federal tenha estabelecido critérios para percepção da indenização de transporte, por meio das Resoluções nº 358/2004 e nº 4/2008, incorreu em ilegalidade ao fixar a indenização de transporte em um valor numérico fixo, ou seja, R\$ 1.344,97 (mil trezentos e quarenta e quatro reais e noventa e sete centavos). A sistemática de cálculo da indenização adotada pelo CJF contraria o comando da parte final do art. 15 da Lei nº 9.289/1996, onde se determina que o Conselho da Justiça Federal **“fixará também o percentual correspondente”** à indenização de transporte.

Já estamos no ano de 2015 e o valor atualmente pago a título de indenização de transporte aos Oficiais de Justiça Avaliadores Federais, no âmbito do Poder Judiciário Federal, continua sendo o mesmo definido no ano de 2004, ou seja, R\$ 1.344,97 (mil trezentos e quarenta e quatro reais e noventa e sete centavos). Consoante já se demonstrou, esse valor foi definido no ano de 2004 (Resolução CJF nº 358/2004), mantido em 2008 (Resolução nº 4/2008) e vigente até o momento.

Evidencia-se assim, que já decorreram mais de 11 anos (de 2004 à 2015), sem jamais haver um reajustamento do valor, tomando como referencial uma estimativa de gastos feitos pelos oficiais de justiça, que considere: a variação do preço do litro de combustível de 2004 a 2015; a variação do preço de pneus de 2004 a 2015; a variação do preço do IPVA/Licenciamento de 2004 a 2015; a variação do preço do seguro de veículo de 2004 a 2015; a variação do preço da manutenção do veículo de 2004 a 2015; a depreciação anual do preço de revenda do veículo e gastos com estacionamento.

CD150327421413

CD150327421413

A Federação Nacional das Associações de Oficiais de Justiça Avaliadores Federais - **FENASSOJAF**, em diversas ocasiões já requereu o reajuste automático anual da indenização de transporte, ora tomando por base a taxa SELIC ora pela variação do índice IGP-M ou por seu sucessor oficial. O último requerimento foi apresentado no corrente ano, em 27 de fevereiro, postulando junto ao CJF a atualização do valor da Indenização de Transporte paga aos Oficiais de Justiça Avaliadores Federais do quadro da Justiça Federal, com a fixação do novo montante correspondente à variação inflacionária medida pelo INPC:

FENASSOJAF PROTOCOLA NOVO PEDIDO DE REAJUSTE PARA A INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE NO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL: Conforme anteriormente divulgado, a assessoria jurídica da Fenassojaf protocolou, na sexta-feira (27) junto ao Conselho da Justiça Federal (CJF), **um novo pedido de reajuste para a Indenização de Transporte paga aos Oficiais da Justiça Federal**. No documento, a Federação enfatiza que **os Oficiais de Justiça comprometem o orçamento familiar, uma vez que, desde 2004, não há qualquer reajuste no valor pago aos servidores que, diariamente, estão nas ruas em favor da Justiça**. “Nesse contexto, nos últimos anos, esta Federação e demais entidades congregadas, na defesa dos direitos e interesses da categoria, vêm requerendo administrativamente a atualização do valor da indenização de transporte aos Oficiais de Justiça Avaliadores Federais...”. Ainda de acordo com o protocolo, “embora insuficientemente, outros órgãos do Judiciário da União reajustaram a parcela para os seus oficiais de justiça, pesando apenas sobre os ombros dos oficiais da Justiça Federal a desvalorização abusiva da indenização de transporte”. Por fim, **a Fenassojaf requer, dentre outros itens, a atualização do valor da Indenização de Transporte paga aos Oficiais de Justiça Avaliadores Federais do quadro da Justiça Federal, com a fixação do novo montante correspondente à variação inflacionária medida pelo INPC, desde o último mês/ano considerado para a fixação da indenização paga atualmente, até a data do efetivo deferimento do pedido protocolado pela Federação.** grifos nossos

Ver-se que decorridos mais de 11 (onze) anos, este valor jamais foi submetido à atualização para recompor a natureza indenizatória do adicional de transporte^[1]. Além disso, atualmente, a maneira como se reajusta a indenização de

^[1] Exceto âmbito da Justiça do Trabalho e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT). Na Justiça do Trabalho, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho

CD150327421413

CD150327421413

transporte não respeita a isonomia entre os Oficiais de Justiça do Poder Judiciário da União (Justiça Federal, Militar, do Trabalho e TJDF), pois cada órgão através de seus Conselhos tem adotado ou não medidas para atualização dos valores. Em decorrência deste problema, que tem sua origem na redação nebulosa do art. 15 da Lei 9.289/1996, temos distorções no valor da indenização de transporte entre a Justiça Federal, Militar, do Trabalho e o TJDF, pois além de não fixar um único valor para todos os OJAFs, também não corrigem adequadamente, pois desde 2004, não há qualquer reajuste no valor pago aos OJAFs da Justiça Federal.

A sistemática proposta na sugestão toma como referencial o valor atualmente pago como Indenização de Transporte pago aos Oficiais de Justiça Avaliadores incidente em termos percentuais sobre o vencimento básico da Classe "C", Padrão 13, do cargo de Analista Judiciário.

Cabe aqui trazer à memória que, quando vigorava a regulamentação da indenização de transporte nos termos da Resolução nº 216, de 22 de dezembro de 1999, do Conselho da Justiça Federal, que dispunha sobre o pagamento da indenização de transporte de que trata o art. 60 da Lei nº 8.112/90 c/c o art. 15 da Lei nº 9.289, de 04 de julho de 1996, no âmbito da Justiça Federal de Primeiro e Segundo Graus, tinha-se no seu artigo 1º a fixação da indenização de transporte era fixada em termos percentuais - calculada no percentual de 70% (setenta por cento) sobre o vencimento básico da Classe "C", Padrão 35, do cargo de Analista Judiciário -, conforme determina o art. 15 da Lei nº 9.289/96. Nesse sentido, a Resolução nº 216^[2], de 22 de dezembro de 1999, do Conselho da Justiça Federal, preconizava *in verbis*:

Art. 1º A indenização de transporte destina-se a ressarcir o ocupante do cargo de Analista Judiciário/Área Judiciária/Executante de Mandados das despesas que realizar em decorrência da utilização de meios de locomoção, não fornecidos pela Administração, para desincumbir-se do serviço e **será calculada no percentual de 70% (setenta por cento)**

editou o Ato nº 40/CSJT.GP.SG, de 2013, reajustando em 10% o valor a ser pago na Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus a partir de 1º de março de 2013, a título de Indenização de Transporte, que passou de R\$ 1.344,97 para R\$ 1.479,46. No TJDF, o Pleno Administrativo do Tribunal julgou processo da Associação dos Oficiais de Justiça (Aojus) patrocinado pelo escritório Cassel & Ruzzarin e proferiu decisão em 2013 concedendo um reajuste de 11,95% para a Indenização de Transporte.

^[2] Revogada pela Resolução nº 4, de 14 de março de 2008, do Conselho da Justiça Federal, que regulamenta, no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de Primeiro e Segundo Graus a concessão [...], da indenização de transporte, da gratificação natalina, do auxílio moradia, do auxílio pré-escolar, da ajuda de custo, das diárias e consignações em folha de pagamento.

CD150327421413

CD150327421413

sobre o vencimento básico da Classe "C", Padrão 35, do cargo de Analista Judiciário.

A sistemática adotada pelo CJF de fixação do valor da Indenização de Transporte como um valor numérico fixo sem vinculação um referencial de atualização merece reparos, pois não se mostra justo diante da desatualização anual do valor, que os oficiais de justiça tenham que custear com recursos próprios os gastos com a prestação jurisdicional.

Conforme já asseverado acima, embora o Conselho da Justiça Federal tenha **estabelecido critérios** para percepção da indenização de transporte, por meio das Resoluções nº 358/2004 e nº 4/2008, **incorreu em ilegalidade ao fixar a indenização de transporte em um valor numérico fixo**, ou seja, R\$ 1.344,97 97 (mil trezentos e quarenta e quatro reais e noventa e sete centavos), **pois a sistemática de cálculo da indenização adotada pelo CJF contrariou o comando da parte final do art. 15 da Lei nº 9.289/1996, onde se determina que o Conselho da Justiça Federal “fixará também o percentual correspondente” à indenização de transporte.**

Cabe aqui trazer à memória que, quando vigorava a regulamentação da indenização de transporte nos termos da Resolução nº 216, de 22 de dezembro de 1999, do Conselho da Justiça Federal, que dispunha sobre o pagamento da indenização de transporte de que trata o art. 60 da Lei nº 8.112/90 c/c o art. 15 da Lei nº 9.289, de 04 de julho de 1996, no âmbito da Justiça Federal de Primeiro e Segundo Graus, tinha-se no seu artigo 1º a fixação da indenização de transporte era fixada em termos percentuais - **calculada no percentual de 70% (setenta por cento) sobre o vencimento básico da Classe "C", Padrão 35, do cargo de Analista Judiciário** -, conforme determina o art. 15 da Lei nº 9.289/96. Nesse sentido, a Resolução nº 216^[2], de 22 de dezembro de 1999, do Conselho da Justiça Federal, preconizava *in verbis*:

Art. 1º A indenização de transporte destina-se a ressarcir o ocupante do cargo de Analista Judiciário/Área Judiciária/Executante de Mandados das despesas que realizar em decorrência da utilização de meios de locomoção, não fornecidos pela Administração, para desincumbir-se do serviço e **será calculada no percentual de 70% (setenta por cento)**

^[2] Revogada pela Resolução nº 4, de 14 de março de 2008, do Conselho da Justiça Federal, que regulamenta, no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de Primeiro e Segundo Graus a concessão [...], da indenização de transporte, da gratificação natalina, do auxílio moradia, do auxílio pré-escolar, da ajuda de custo, das diárias e consignações em folha de pagamento.

sobre o vencimento básico da Classe "C", Padrão 35, do cargo de Analista Judiciário.

A indenização de transporte embora tenha natureza indenizatória, faz parte da remuneração do Servidor de Carreira ocupante do Cargo de Analista Judiciário – Oficial de Justiça Avaliador Federal. Portanto, não há razão para que sua regulamentação esteja na Lei nº 9.289, de 4 de julho de 1996, que dispõe sobre as custas devidas à União, na Justiça Federal de primeiro e segundo graus e dá outras providências, mas sim na Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006, que trata do Plano de Carreira dos Servidores do Poder Judiciário da União e dá outras providências, no Capítulo que trata da Remuneração dos Servidores, semelhante ao que ocorre na Lei 8112/90, na qual a Indenização de Transporte consta no Capítulo que trata da Remuneração. Portanto, faz-se necessário revogar o art. 15 e Parágrafo único da Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006 e introduzir texto semelhante, mas com acréscimos, na Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006.

Portanto, a presente emenda busca adequar o texto legal às necessidades da Administração Pública e de seus servidores, demonstrando que cabe a ela bem capacitar seus agentes públicos.

Na certeza de contar com o apoio dos nobres pares, peço a aprovação da referida emenda.

Sala das Comissões, em 27 de agosto de 2015.

Arnaldo Faria de Sá
Deputado Federal – São Paulo

CD150327421413

CD150327421413